



Ciência de PE falando para o mundo

O menino Josué, o Dr. Castro e a fome de transformação social

André L. M. Martins

Doutor em Economia pela Unicamp e professor associado do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE

O médico, professor e geógrafo recifense Josué Apolônio de Castro era, nos anos 1950 e 1960, um intelectual de prestígio e projeção internacional. Atingira posições de destaque na hierarquia universitária, galgadas ao longo dos anos 1940. Ocupara o comitê executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de onde, ao fim do seu segundo mandato em 1957, constata: “Não tivemos a coragem suficiente para encarar de frente o problema... Apenas o afloramos na superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar alguns”. No II Governo Vargas integrara a Comissão Nacional do Bem-Estar Social. Lançara-se na política, conquistando entre 1954 e 1962 dois mandatos sucessivos de deputado federal pelo PTB. Marcaria sua atividade parlamentar a luta pela reforma agrária.

O golpe de 1964, a cassação de seus direitos políticos e o seu conseqüente banimento interromperiam a carreira nacional do “ilustre incômodo advogado do Terceiro Mundo”, como o descreveria seu biógrafo, Giuseppe Di Taranto, no livro *Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro*. Relegada às gavetas da memória nacional, nos anos 1990 sua obra é redescoberta por um grupo de jovens artistas recifenses e olindenses, e inspira o Movimento

Mangue, o MangueBeat. E assim o Brasil voltava a ter contato com o militante do combate à fome pelo combate ao subdesenvolvimento, do qual a fome é sua expressão primeira.

Entre o mangue e a Mocambópolis (anos 1920)

A redescoberta de Castro foi também a redescoberta do mangue – essa “associação vegetal tipicamente anfíbia, que prolifera nos solos frouxos e movediços dos estuários, dos deltas, das lagunas litorâneas... solos de transição entre os tratos de verdadeira terra firme e os ocupados permanentemente pela água”, como registraria em estudo sobre a cidade do Recife –, nicho ecológico dos mais ricos, contudo parteiro e lócus de “homens-caranguejo” condenados a um ciclo quase inescapável de pobreza e exclusão social. Os mangues do Capibaribe que seriam o “primeiro professor de História” do menino Josué, antes de sua formação no Ginásio Pernambucano e nas Faculdades de Medicina da Bahia e da Universidade do Rio de Janeiro.

A formação de Castro em Medicina, no final dos anos 1920, incorporaria as pesquisas biomédicas que aproximavam, desde o último quarto do século XIX, as práticas alimentares aos estados patológicos. Ascendiam a nutrição científica e a compreensão da

importância da alimentação na promoção da saúde: as doenças poderiam dever-se à carência de substâncias essenciais, e não apenas a “agentes patogênicos”. Entre 1880 1930, a nutrição se converterá em questão de saúde pública nas economias industriais, exigindo arcabouço regulatório e políticas públicas específicas, com destaque para a saúde ocupacional do trabalhador assalariado num capitalismo industrial em franca expansão.

No Brasil em transição para o assalariamento, e particularmente no Nordeste, as questões da saúde e da alimentação do trabalhador se colocariam com gravidade. Em Pernambuco, antigo centro regional, ante a grave crise da economia açucareira, adotou-se um ajuste efetivamente de economia patriarcal ao trabalho livre. Livre, mas nem tanto, confinado que ficou ao regime fundiário de morada, sempre à disposição do proprietário. Preservavam-se um sistema produtivo regional em crise e, com ele, grandes bolsões de força de trabalho disponíveis a salários aviltantes. Assim se compreendem as origens da intensa migração para o Recife, cidade que inchava (a quase 4% anuais entre 1920 e 1950) e se “mocambizava”.

Mas o que eram os mocambos? O que designa, no Recife, essa palavra originada na língua quimbundo? Quem nos explica é o próprio Professor Josué de Castro, em “O problema dos mocambos”, publicado no *Documentário do Nordeste*, de 1937.

Com as paredes de barro batido, num engradado de ripas, formando a estrutura chamada “taipa”, o mocambo tem em regra a forma retangular, com as quatro paredes da mesma altura e é coberto por um toldo de palha em dois planos inclinados unidos na cumeeira e descansando nas paredes laterais. Esta disposição condiciona a existência, na parte superior dos dois frontões, de duas largas aberturas triangulares, por onde se processam predominantemente a iluminação e principalmente a aeração, no mais primitivo tipo de *crossing ventilation*, lavando o interior com a fresca brisa do Nordeste. As portas são, em geral, muito apertadas e baixas, servindo-se unicamente para passagem. Poucas ou nenhuma janela.

Os materiais e as técnicas construtivas vernaculares pareciam dar aos mocambos um ar de “habitação ecológica”, tão louvada por Gilberto Freyre e pelo próprio Josué de Castro. Mas a sua possível habitabilidade já se anulava no seu assentamento: “O que desgraça o mocambo, no Recife, é a zona onde ele é geralmente edificado. Zona baixa, úmida, dos mangues. Zona de lama, de mosquitos e de caranguejos. Única zona urbana que, inadaptável a qualquer produção mais rendosa, é explorada no plantio da vegetação proletária dos mocambos”.

Seria mais adequado falar em morrer no Recife do que em viver no Recife entre fins do século XIX e os primeiros anos da década de 1920. A capital pernambucana, já enfronhada nos debates da engenharia sanitária, fazia jus tanto ao apodo de Veneza Americana, quando ao de Mocambópolis. Só a tuberculose ceifaria 30 mil vidas entre 1891 e 1918: quase 25% do crescimento populacional no interregno! Nesse mesmo ano, o *influenza hespanhola* faria, em apenas três meses, mais de 2.500 vítimas fatais no Recife, entre mais de 120 mil contaminados. Não se sabe das condições de sobrevivência do menino Josué (contava então com nove, dez anos) à epidemia do *Hespanhola*. Iguamente sobreviveriam os mocambos, recintos de um pauperismo resignado e estiolado pela fome endêmica; mocambos que, duas décadas depois, chegariam a mais de 45 mil, abrigando então cerca de metade da população do Recife e sendo a morada de boa parte de seu operariado.

De médico a geógrafo (anos 1930-1940)

De partida da Mocambópolis, rumo ao Distrito Federal, ainda nos anos 1930, o Dr. Castro transitaria da fisiologia da nutrição à geografia da fome: da compreensão mais isolada do problema da fome para a compreensão dos seus determinantes sociais, e daí para a proposição de soluções. Essa transição, que dá conta de certo ciclo formativo do “jovem Josué de Castro”, inicia-se por escritos como *O ciclo do caranguejo*, de 1930, e *Um inquérito sobre as condições de vida das classes operárias no Recife*, de 1932, base empírica de sua tese, *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, apresentada à Faculdade de Medicina do Recife no mesmo ano (republicada em 1939 como *O problema da alimentação no Brasil: seu estudo*

fisiológico, e que o converterá em autor de referência no debate do salário mínimo), e *Alimentação e raça*, de 1936.

A transição passa também pelo *Documentário do Nordeste*, por *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, de 1937 e pela *Fisiologia dos tabús*, de 1938. E se concretiza com *Geografia da fome: a fome no Brasil*, de 1946 (cujo título seria posteriormente alterado para *Geografia da fome: o dilema pão e aço*, incorporando sutil crítica à ciência econômica), e com *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e população do mundo*, de 1951. Registrem-se ainda *O livro negro da fome, Ensaios de geografia humana e Ensaios de biologia social*, também lançados nos anos 1950; e, nos anos 1960 e 1970, *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva*, *Ensayos sobre el subdesarrollo, ¿Adónde va la América Latina?* e *Homens e caranguejos*.

No Brasil dos anos 1930 e 1940, mostrava-se árdua a tarefa da compreensão do problema da fome como questão social, principalmente a sua associação ao pauperismo e ao subdesenvolvimento. Da perspectiva mais estrita de uma ciência da nutrição em consolidação, a fome era aprisionada a concepções biologizantes, deterministas, que tentavam suprimir os seus diversos e complexos determinantes, e suas diversas e igualmente complexas manifestações. Como explicá-las: pela biologia, pela sociologia, pela etnologia, pela fisiologia da nutrição? A resposta estava na geografia, com *Alimentação à luz da geografia humana*, que marca a centralidade conferida por nosso autor ao método geográfico.

Na “geografia moderna” – em um primeiro momento, fortemente inspirada no pensamento do geógrafo francês Vidal La Blache, introdutor da ideia de descrições regionais aprofundadas – encontraria Castro esse método de estudo “dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas”. Sentia que lhe proporcionaria uma problematização da fome, ao recuperar a articulação entre o natural e o social. Afinal, como observa Madel Luz em *Natural, racional, social*, seja “ciência das paisagens ou ciência dos meios naturais para a ecologia da espécie humana, ciência das formas de diferenciação



espacial ou geoanálise”, a geografia sempre propõe um estudo das interações “entre os fatos humanos, sociais ou econômicos e os dados naturais (que são da competência das ciências da matéria e das ciências da vida)”.

Alimentação à luz da geografia humana apresentará uma divisão regional do Brasil segundo seus regimes dietéticos e suas particularidades histórico-econômicas. Principia-se o mapeamento das áreas alimentares brasileiras, que terá amplo desenvolvimento na *Geografia da fome*. Sua adoção do método geográfico fê-lo perceber a necessidade de intervenções de âmbito nacional, respeitada a diversidade regional informada pelas análises geográficas.

Avanços na política de alimentação: “Não é mal de raça, é mal de fome” (anos 1940)

É em tal contexto que o Dr. Castro assume, em 1940, a direção do Setor de Nutrição do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), uma ampliação do Serviço Central de Alimentação, então vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriá-

rios, onde já atuava como médico. Cabia-lhe a formação de pessoal especializado em nutrição. Dirigiria, na mesma década, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (onde lançaria a revista *Arquivos brasileiros de nutrologia*) e o Instituto Técnico de Alimentação, incorporado em 1946 à Universidade do Brasil (hoje UFRJ) como Instituto Nacional de Nutrição. Percebia a oportunidade de promover a ciência da nutrição e avançar na proposição de políticas alimentares nacionais. Quão importantes não foram os famosos Restaurantes do SAPS, que serviam refeições balanceadas para os trabalhadores e o desjejum escolar de seus filhos, promoviam a alfabetização de adultos e ofereciam, em seus espaços, biblioteca e até coleções de discos? Que não se duvide que essa política social avançada existiu no Brasil entre 1940 e 1967.

“O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização”: eis a notícia dos famintos que a sua Geografia da fome traria, na confluência, radicalizada, de tantas de suas obras dos anos 1930. Desagradável prelúdio à bossanovista e desenvolvimentista década de 1950, aquela Geografia dava a medida de um passivo social tenebroso. “A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro”. Endêmica na área amazônica e no Nordeste açucareiro, epidêmica no Semiárido, manifesta em quadros de subnutrição no Centro-Sul, a fome grassava em todo o território brasileiro.

Projeção internacional, banimento e exílio (anos 1950-1970)

Por outro lado, a fome seria finalmente e devidamente politizada: “Tivemos ocasião, ao contrário da célebre frase que no Brasil não se morre de fome, de verificar e provar que não se morre de outra coisa”, Castro afirmaria, em abril de 1948, em conferência no Clube Militar. Do Brasil para o mundo, para a Geopolítica da fome confluíam as reflexões iniciadas havia duas décadas. Se edições e prefaciadores dizem algo

de um autor, teve-se, então, um fenômeno editorial terceiro-mundista: três edições em três anos (a segunda e a terceira em um só ano, 1953). Ao prefácio de Boyd Orr na primeira edição, somavam-se os de Pearl S. Buck e Max Sorre na segunda edição. Dois Prêmios Nobel da Paz, uma sumidade em Geografia e uma concordância fundamental: a desmedida urgência no combate à fome.

Partindo de uma reabilitação da ciência da geopolítica, “que busca estabelecer as correlações entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, a de demonstrar que as diretrizes de políticas não tem sentido fora dos quadros geográficos”, na *Geopolítica da fome* Castro demonstra como o recurso a explicações neomalthusianas – que apontavam para a inevitabilidade da fome nos países subdesenvolvidos – se presta a uma estratégia imperialista das economias produtoras de crescentes excedentes de alimentos: fome “fabricada”, que está na base do raquitismo, do beribéri, da pelagra e também da desagregação comportamental a que podem levar as diferentes manifestações da fome. Surgido dos colonialismos que por séculos aviltaram as condições de vida de populações inteiras, esse imperialismo industrial ainda acelerará a degradação ambiental. A fome não obedece a uma suposta mesquinhez da natureza.

Em *Sete palmos de terra e um caixão*, talvez seu último trabalho escrito no Brasil, constata-se, na discussão das Ligas Camponesas e dos problemas do (sub)desenvolvimento agrário no Nordeste – “uma colônia de outra colônia” –, o aprofundamento das reflexões de um intelectual militante, que investia contra o establishment a partir das tribunas proporcionadas por suas iniciativas, tais como a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (Ascofam). Instituída em 1957, após a saída de Castro da FAO, e em pleno desenvolvimentismo kubitschekiano, a Ascofam atuaria no combate à fome no Nordeste, em um período de prolongadas secas e acirramento de conflitos sociais, que seriam parcialmente apaziguados pela Operação Nordeste e pela criação da Sudene.

No exílio parisiense, seria integrado ao quadro de professores estrangeiros da Universidade de Paris VIII-Vincennes e dirigiria o Centro Internacional para

o Desenvolvimento (CID). No âmbito do CID elabora, em 1972, uma “Contribuição ao estudo da planificação dos recursos humanos para o desenvolvimento da América Latina”, inédito até 1978, quando foi resgatado por Guiseppe Di Taranto. Trata-se, possivelmente, de um dos seus últimos trabalhos. Percebe-se o seu movimento de aproximação à economia e ao marxismo – iniciada na *Geopolítica da fome* –, que procura conjugar com a abordagem dependentista cepalina. E assevera: “Não cremos que em futuro próximo a qualificação profissional possa promover uma maior mobilidade social [enquanto] existir uma grande diferença salarial entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, como hoje acontece na América Latina”.

O legado de Josué e urgência de revisitá-lo

Destaquem-se três ideias-força constantes da obra de Josué de Castro (ou que dela se podem depreender). A primeira, a fome como fenômeno fisiológico adaptativo (“estados de carências parciais e de desequilíbrio alimentar que provocam alterações mórbidas difíceis de caracterizar, dado que reúnem em suas patogenias múltiplas deficiências”), expressão de causas estruturais, econômicas, interpretada pelo método geográfico. A segunda, a fome como controle social, como opressão alimentar, presente nas sociedades subdesenvolvidas: “Os famintos como uma forma de bagaço de sua estrutura social: o bagaço humano do latifúndio”. Por fim, tem-se que o quadro da fome, no Brasil e no mundo, apresenta suas peculiaridades, suas “modalidades geográficas”, com as diferenças locais prendendo-se ao conjunto dos traços do complexo geográfico, cobrando ação política, para que se consiga desenterrar a nacionalidade. A política de desenvolvimento afigura-se, assim, como uma necessidade histórica, “um imperativo ao qual não podemos fugir”.

Dos manguezais do Recife para o mundo, Josué pioneiramente pintou o feio retrato da fome, a opressão alimentar do trabalhador como um dos mecanismos mais eficientes de controle social. Das questões le-

vantadas por diversas gerações de pensadores sociais do Brasil, a sua foi a mais global: o tema-tabu da fome, que tanto o alçou para o reconhecimento internacional como o interditou para o debate público brasileiro, sobrevivendo o Golpe de 1964.

Como se apaga da opinião pública e do imaginário nacional uma autoridade médica, um cientista social e educador de renome internacional, com alentada produção acadêmica e inserção internacional já na década de 1930, introdutor e condutor de políticas públicas alimentares, autor de obras publicadas em 24 países e em 17 idiomas (entre eles, persa, romeno, húngaro e norueguês, além dos idiomas de maior difusão) e indicado três vezes para o Prêmio Nobel? Talvez a resposta esteja em Sigmund Freud, autor de sua predileção, sobre quem o então jovem estudante de Medicina em Salvador escreveria o seu primeiro artigo de jornal: “A doutrina de Freud e a literatura moderna”, saído na *Revista de Pernambuco*, em setembro de 1925. Em *Totem e tabu* (lido criticamente pelo Dr. Castro na *Fisiologia dos tabús*), Freud vaticina: “A pessoa que transgrediu um tabu se torna ela própria tabu porque tem a perigosa aptidão de tentar outras pessoas a seguir seu exemplo. Ela é, portanto, realmente contagiosa, na medida em que todo exemplo estimula a imitação, e, por isso, ela própria deve ser evitada”.

A interdição acabou por lhe apressar a morte, em 1973, após seguidas tentativas de voltar aos manguês. “Não se morre apenas de infarto agudo do miocárdio ou de glomeronefrite crônica, se morre também de saudades”, era a sua queixa constante. Contudo, quanta vida coube em sua vida, arbitrariamente encurtada pela tristeza do banimento? Responde um dos seus colaboradores ainda nos anos 1930, Souza Barros (cuja contribuição científica a Pernambuco segue por documentar e tematizar): “Viveu numa tiragem constante, dando de si um esforço que fez em dobro a sua vida. Pelo que realizou, pelo que agitou, pelo que sugeriu, pelo que provocou, viveu nos seus 65 anos de idade muito mais que um século”.

1 - Nobel de Medicina em 1954; e da Paz, em 1963 e em 1970.

Registre-se a alentada produção acadêmico-científica sobre o problema da fome havida na segunda metade do século XX, que, no plano internacional, teve Amartya Sen, Jean Drèze e a própria FAO entre seus expoentes. No Brasil, é importante destacar as pernambucanas contribuições de Naíde Teodósio e de Nelson Chaves, assim como o trabalho de décadas da Faculdade de Saúde Pública da USP e do Instituto de Nutrição da UFRJ. Destaquem-se ainda as recentes iniciativas de políticas públicas de combate à fome, mais pontuais nos anos 1990, mais estruturadas ao longo dos anos 2000. Entretanto, em socorro da memória da ciência brasileira, por ocasião dos 75 anos da *Geografia da fome*, nos 70 anos da *Geopolítica da fome* e com o Brasil recolocado no mapa da fome mundial², urge visitar Josué de Castro, enfrentar o tema-tabu da fome, acabar com o “silêncio premeditado pela própria alma da cultura”.

2 - Segundo o *Inquérito alimentar sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, conduzido pela Rede Penssan, entre setembro e novembro de 2020 cerca de 10% da população brasileira conviveram com insegurança alimentar grave, ao passo que a insegurança alimentar menos extrema foi vivenciada em 55% dos lares brasileiros (o correspondente a 116 milhões de pessoas).